



12 DE AGOSTO DE 2015

Quarta-feira

- VALOR DA BANDEIRA VERMELHA DEVE TER ALÍVIO DE "15% A 20%" EM SETEMBRO
- BRDE DEVE FINANCIAR MAIS SEIS PEQUENAS HIDRELÉTRICAS NO PARANÁ EM 2015
- HAITIANO DIZ TER SIDO XINGADO DE 'MACACO'
- CHINA DESVALORIZA YUAN E DERRUBA MERCADOS PELO MUNDO
- EDITORIAL: UMA ESTRANHA TEORIA
- O PEDÁGIO E SEUS DESAFIOS
- LUCRO LÍQUIDO DO PARANÁ BANCO CAI 16% NO SEGUNDO TRIMESTRE
- FUNCIONÁRIOS DE FÁBRICA DA GM DECIDEM MANTER GREVE, DIZ SINDICATO
- BRASIL REDUZIU EM 15% EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA
- MOODY'S REBAIXA NOTA DO BRASIL, MAS MANTÉM SELO DE BOM PAGADOR
- AGÊNCIA DE RISCO MOODY'S REBAIXA NOTA DE CRÉDITO DO BRASIL
- PRODUÇÃO DE MOTOS CAI 25% EM JULHO
- CONTA DE LUZ DEVE CAIR 1% COM DESLIGAMENTO DE TÉRMICAS, DIZ GOVERNO
- LUCRO DA GERDAU DESPENCA 32,6% NO 2º TRIMESTRE
- MUDANÇA EM ÍNDICE DO FGTS PODE SER VOTADA NA CÂMARA NA 5ª OU NA SEMANA QUE VEM
- INDÚSTRIA TERÁ FORÇA PARA REAGIR, AFIRMA DILMA
- GOVERNO ANUNCIA R\$ 186 BILHÕES DE INVESTIMENTO EM ENERGIA ELÉTRICA ATÉ 2018
- FORD ABRIRÁ ESSE ANO PRIMEIRA FÁBRICA DE MONTAGEM NA NIGÉRIA
- FORD MIRA MERCADOS EMERGENTES COM ENGENHARIA INDIANA

- INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR CRESCEU 4,47% EM JULHO, DIZ SPC
- GOVERNO PODE ADIAR EXIGÊNCIAS À INDÚSTRIA AUTOMOTIVA
- O QUE SIGNIFICA A NOSSA 'CRISE'?
- 'TRIPÉ DO MAL' BRECA AVANÇO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS NO BRASIL
- NISSAN PREPARA EXPANSÃO DE OFERTA
- FRAS-LE: RECEITA LÍQUIDA SOBE 6,7% NO 1º SEMESTRE
- JAGUAR LAND ROVER PLANEJA NOVA FÁBRICA NA ESLOVÁQUIA
- ARMANDO MONTEIRO ADMITE APOIO DO GOVERNO A FORNECEDORES DO SETOR AUTOMOTIVO
- SIDERÚRGICAS AMERICANAS COMBATEM IMPORTAÇÃO DE AÇO LAMINADO A QUENTE
- MEDIDA DA CHINA DERRUBA AÇÕES DE MINERADORAS E SIDERÚRGICAS NO MUNDO
- MINISTRO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DEFENDE REGISTRO CIVIL ÚNICO

CÂMBIO		
EM 12/08/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,472	3,473
Euro	3,887	3,888

Fonte: BACEN

Valor da bandeira vermelha deve ter alívio de "15% a 20%" em setembro

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O desligamento no último sábado (8) de 21 usinas térmicas resultará em um desconto no preço cobrado na bandeira vermelha nas contas de luz, mas não será suficiente para trazer a bandeira para o nível amarelo.

A presidente Dilma Rousseff admitiu nesta terça-feira (11) que as tarifas de energia subiram bastante, mas revelou que haverá uma redução de 15% a 20% na bandeira mais cara a partir de setembro.

O anúncio foi feito durante apresentação do Programa de Investimentos em Energia Elétrica (PIEE), que relançou projetos de usinas e linhas de transmissão já previstos e que somam cerca de R\$ 186 bilhões em investimentos a serem contratados até 2018.

A presidente disse que o Brasil não atravessa nenhuma "crise no setor elétrico", mas ressaltou que, se não tivessem sido criadas as termelétricas, o país teria passado por um "brutal racionamento".

"Agora, todo mundo sabe de uma coisa: entre faltar energia e ter energia é melhor pagar um pouco mais por ter energia, porque o preço da falta de energia é imenso em emprego, em renda, em dificuldade da empresa. Garantir que haja energia de qualidade, mais limpa, segura e mais barata para o país é fundamental pra todos nós", afirmou.

Na semana passada, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) aprovou o desligamento de 2.000 megawatts (MW) gerados pelas usinas térmicas mais caras do país, o que, segundo o governo, irá gerar uma economia de R\$ 5,5 bilhões ao sistema elétrico até o fim de 2015.

Bandeiras

Desde janeiro, vigora no país o regime de bandeiras tarifárias, que repassa mensalmente para as contas de luz o impacto dos preços da energia na geração. Quando o custo para se produzir energia é mais alto – o que ocorre desde o começo do ano –, os consumidores estão submetidos à bandeira vermelha, que representa um adicional de R\$ 5,50 para cada 100 kilowatts-hora (kWh) utilizados.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, o desconto pode trazer o preço da bandeira vermelha para R\$ 5 por 100 kWh consumidos ou até mesmo para R\$ 4,50 por 100 kWh. Essa economia, no entanto, não será suficiente para que o regime de bandeiras passe para o nível amarelo, no qual a cobrança seguirá inalterada em R\$ 2,50 por 100 kWh consumidos.

"O país ainda está em seu período seco. Ainda não temos a segurança necessária para acionarmos a bandeira amarela. Em outubro e novembro faremos uma nova avaliação", completou.

"A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fará uma consulta pública nesta quinta-feira (13) para debater o assunto.

BRDE deve financiar mais seis pequenas hidrelétricas no Paraná em 2015

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) deve financiar seis pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Paraná até o fim deste ano. Os projetos, em fase de análise na instituição, têm investimento estimado em R\$ 195 milhões, dos quais 70% – cerca de R\$ 137 milhões – serão financiados pelo banco de fomento.

"São projetos que estão em fase mais madura. A parte regulatória já está em andamento, nos órgãos ambientais e na Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica], faltando uma ou

outra licença”, diz Juliana Dallastra, gerente de operações do BRDE. O banco não revela quais são os empreendimentos; os nomes devem ser anunciados somente após a contratação dos empréstimos.

Banco também financia parques eólicos e solares

Os financiamentos de PCHs são enquadrados no programa BRDE Eficiência Energética, que também pode financiar parques de energia solar ou eólica. Nesses dois casos, além dos recursos do BNDES, há orçamento do próprio BRDE para os financiamentos.

“Alguns equipamentos dos projetos solares e eólicos são importados, e por isso não há *funding* do BNDES. Nesses casos, o BRDE empresta com recursos próprios”, explica Juliana Dallastra, gerente de operações do banco.

Segundo ela, no momento há um empreendimento paranaense de geração solar na carteira prospectada do BRDE, sem investimento definido.

Os projetos de parques eólicos estão concentrados na agência do BRDE no Rio Grande do Sul, estado com mais tradição nessa área.

A rápida expansão dessa fonte energética explica a predominância da agência gaúcha nos financiamentos de geração de energia do banco. De R\$ 184 milhões liberados pela instituição nos três estados do Sul no primeiro semestre, R\$ 152 milhões foram para o Rio Grande do Sul.

Segundo Juliana, outros dois projetos do gênero, com investimento estimado em R\$ 247 milhões, estão na “carteira prospectada” do BRDE. Incipientes, eles devem demorar mais a receber os empréstimos. Se os processos avançarem, os financiamentos – de até R\$ 173 milhões – tendem a ser liberados em 2016.

A fonte dos recursos é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do qual o BRDE é repassador. Os empréstimos podem ser pagos em até 15 anos. O custo equivale à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 4,1% ao ano – o equivalente, hoje, a 10,9% ao ano.

Recursos liberados

No primeiro semestre, a agência paranaense do banco de fomento repassou R\$ 31 milhões para a área de geração de energia, pouco menos que o montante contratado em todo o ano de 2014 (R\$ 35 milhões).

Os recursos já liberados neste ano foram destinados à construção de duas PCHs: Tigre, com potência de 9 megawatts (MW), no Rio Marrecas, no Centro-Sul do Paraná; e Salto Bandeirantes (4 MW), no Rio Bandeirantes, no Norte Pioneiro.

Incluindo os montantes repassados ainda em 2014, as duas hidrelétricas, que consomem investimentos de R\$ 54 milhões, receberam crédito de R\$ 43 milhões do BRDE.

Retomada

“Entendemos que a geração de energia é um gargalo e que precisa de investimentos. Recurso para financiar é o que não falta, e com prazo e taxa bastante atrativos”, diz Juliana. “Mais difícil para o empreendedor é atender à legislação do setor, mas esse aspecto também tem melhorado.”

Estagnados por muito tempo, os projetos de PCHs voltaram a ganhar força neste ano, graças a mudanças no trâmite dos processos na Aneel e ao aumento do preço de referência nos leilões de energia.

No momento, há três em construção no Paraná. Além das já citadas Tigre e Salto Bandeirantes, está em obras a usina de Cantu 2 (18 MW), no Rio Cantu, na região Centro-Oeste do estado. No mês passado, entrou em operação a usina Moinho (4 MW), no Arroio Guaçu, no Oeste.

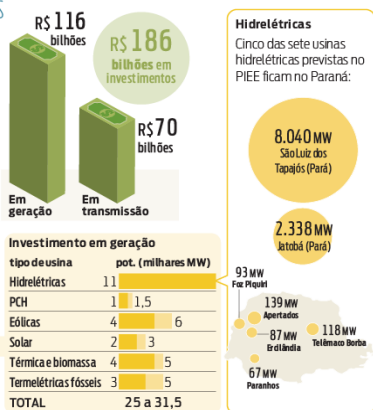
Em abril, três pequenas usinas do estado negociaram energia em um leilão realizado pela Aneel. Além da usina Tigre, fecharam negócio duas PCHs que ainda não começaram a ser construídas: Tibagi Montante (32 MW), no Rio Tibagi, nos Campos Gerais; e Confluência (27 MW), no Rio Marrecas, no Centro-Sul.

NA ASSEMBLEIA

O governo estadual enviou à Assembleia, no início do mês, um projeto em que pede a autorização do Legislativo para a implantação de 24 hidrelétricas de pequeno porte, todas com licença prévia concedida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), e para a regularização de outras duas. A medida é necessária porque a Constituição Estadual determina que projetos hidrelétricos tenham o aval dos deputados.

PROJETOS REEMPACOTADOS

O governo reuniu projetos antigos no Programa de Investimento em Energia Elétrica (PIEE). A promessa é construir até 2018 usinas para gerar entre 25 mil e 31,5 mil mega-watts (MW), além de 38 mil km em linhas de transmissão. Veja mais detalhes:



EMPREENDIMENTOS A CONTRATAR

Em R\$ bilhões	Até dez/2018	Após dez/2018
Valor total	81	105
Geração	42	74
Transmissão	39	31

Investimento em geração

tipo de usina pot. (milhares MW)

tipo de usina	pot. (milhares MW)
Hidrelétricas	11
PCH	1,5
Eólicas	6
Solar	3
Térmica e biomassa	5
Termelétricas fósseis	5
TOTAL	25 a 31,5

EMPREENDIMENTOS JÁ CONTRATADOS E A REALIZAR ATÉ 2018

Situatão	Linhas (km)	Investimento estimado* (bilhões R\$)		
		Até 2018	Após 2018	TOTAL
Em geração	R\$ 92 bilhões			
Em transmissão	R\$ 22 bilhões			
Potência prevista	35.022 MW			
Extensão	40.000 Km			
Estudos concluídos	23,8 mil	34	7	41
Estudos em andamento	13,8 mil	5	24	29
TOTAL	37,6 mil	39	31	70

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Infografia: Gazeta do Povo.

* Inclui investimento em subestações.

Haitiano diz ter sido xingado de 'macaco'

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O haitiano Rima Pierre Louis anda sempre com a mão esquerda metida no bolso da calça. Sente vergonha de mostrar os dedos depois de perder dois deles em um acidente na metalúrgica em que trabalha, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Na semana passada, Louis enfrentou outra situação difícil na empresa.

O trabalhador afirma ter sido chamado de "macaco da Amazônia" por um amigo do dono da metalúrgica, que ainda o teria ameaçado de morte. O caso é investigado pela Polícia Civil como injúria racial qualificada, em concurso material com crime de ameaça. "Está sendo muito difícil pra mim. Isso não é maneira de tratar um ser humano. Eu sinto que posso ser vítima de qualquer coisa", diz o haitiano.

Louis foi admitido na metalúrgica Aramesul/Aramital em março de 2014. Ele alega que foi posto na linha de produção sem qualquer treinamento.

Logo na primeira semana de trabalho, ele operava uma máquina de trefilação, que diminui a espessura do arame, quando a luva da mão esquerda ficou presa.

O haitiano sentiu um puxão e, em seguida, desmaiou de dor. O maquinário mastigou o mindinho e o anular. Louis pensou que iria morrer.

“De onde eu venho cortam os dedos de quem rouba. Então, eu tenho muita vergonha. Eu não posso voltar para lá, porque vão pensar que sou ladrão. Eu não sou mais a mesma pessoa. Minha vida acabou”, desabafa.

Depois do acidente, o Ministério do Trabalho fez uma vistoria na metalúrgica e aplicou duas multas: uma em razão de a máquina não atender às normas de segurança do trabalho e outra por falta de treinamento dos funcionários.

Assim que voltou ao emprego, Louis foi colocado para operar outro equipamento, mas com a mão mutilada não conseguia realizar o serviço. Foi deslocado, então, para a limpeza.

Ameaça

Louis ingressou na Justiça do Trabalho com uma ação por causa do acidente sofrido. Só em abril, após a primeira audiência, a empresa se dispôs a deslocá-lo para trabalhar como porteiro.

Foi ali, cumprindo ordens, que ele conta ter sofrido as injúrias raciais. Na tarde de 27 de julho, um amigo do dono da metalúrgica se irritou com o fato de o haitiano não ter liberado imediatamente a entrada na empresa para ele.

Como de praxe, Louis interfonava ao chefe, quando percebeu que o homem havia ligado ao proprietário da empresa. Segundo o boletim de ocorrência, entre palavras impúblicas, o visitante teria chamado Louis de “macaco da Amazônia” e esbravejado que “iria dar um tiro na cara dele”.

No sindicato

As injúrias raciais sofridas por Rima Pierre Louis foram denunciadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC). Na última semana, a entidade promoveu uma manifestação em frente à Aramesul/Aramital.

O haitiano chegou a participar do protesto e a discursar. Louis continua trabalhando na empresa.

Desde a semana passada, a reportagem tenta ouvir a versão da Aramesul/Aramital, mas os funcionários que atenderam as ligações informaram que o dono da metalúrgica não se encontrava ou não podia atender.

Apesar dos pedidos, ele não retornou os telefonemas.

Chumbinho nas pernas

A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo confirmou na segunda-feira (10) que os seis haitianos feridos no centro da capital paulista no dia 1º foram alvo de balas de chumbinho. Eles foram atingidos nas pernas e não correm riscos. Uma das suspeitas é de que eles tenham sido alvos de xenofobia.

Dois deles terão de passar por cirurgias para extrair estilhaços das balas. A Secretaria Estadual de Segurança informou que a Polícia Civil investiga o caso. Segundo a pasta, detalhes do caso não serão revelados para não comprometer a investigação. As informações são do *Estadão Conteúdo*.

China desvaloriza yuan e derruba mercados pelo mundo

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Os mercados financeiros internacionais enfrentaram nesta terça-feira (11) um dia de forte volatilidade, depois que a China anunciou uma desvalorização de 1,9% de sua moeda, o yuan.

Foi a maior desvalorização cambial no país em dois anos, levantando dúvidas sobre a saúde da economia do país asiático e atingindo as bolsas de todos os países. Nos Estados Unidos, o índice Dow Jones da Bolsa de Nova York recuou 1,21%.

No Brasil, o índice Ibovespa, da Bolsa de Valores de São Paulo, caiu 0,57% – a queda foi suavizada pelo rebaixamento da nota do país pela agência de classificação de risco Moody's, que, no entanto, colocou a nota em perspectiva estável, o que foi considerado uma boa notícia. O dólar, no entanto, voltou a subir após dois dias de queda. Fechou o dia cotado a R\$ 3,50, com alta de 1,45%.

“Para os mercados, hoje foi atirar primeiro e fazer perguntas depois”, disse Cameron Watt, estrategista do instituto de investimentos da gestora BlackRock. “A preocupação é o que isso [a desvalorização do yuan] pode significar para a competitividade do Ocidente em relação à do Oriente.”

Uma coisa, porém, ficou clara para os analistas. O apetite da China por commodities deve diminuir no curto prazo. Como um dos maiores compradores globais de commodities, a decisão da China de desvalorizar sua moeda – na prática, reduzindo o valor das exportações e elevando o custo das importações para o mercado doméstico – deve aprofundar as quedas nos preços do cobre, do alumínio e de outros metais.

A China consome quase a metade da produção anual de metais do mundo. A notícia, portanto, afeta ainda mais diretamente países que são grandes exportadores de commodities, como o Brasil.

“No curto prazo, é mais uma má notícia para os preços das commodities”, disse Paul Bloxham, economista-chefe para Austrália e Nova Zelândia do HSBC.

Impacto no Brasil

No caso brasileiro, a avaliação é que a decisão chinesa deve provocar ainda mais pressão sobre o câmbio. A grande questão, segundo analistas, é saber se esse movimento foi algo extraordinário, que não vai mais se repetir, como prometeu o Banco do Povo da China, ou se o mercado vai testar as autoridades chinesas e forçar novas desvalorizações.

Editorial: Uma estranha teoria

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Durante as crises econômicas no Brasil é comum surgirem propostas variadas para combatê-las, cujas teorias vão desde as mais sólidas e testadas até as mais esdrúxulas e sem respaldo na ciência e na experiência.

No atual momento, em que as estimativas de queda do Produto Interno Bruto (PIB) estão assombrando, propostas fora do padrão começaram a circular na imprensa. A estagnação se instalou no país em 2014, ano em que o PIB foi igual ao de 2013, enquanto a população continuou crescendo em torno de 1,8 milhão de habitantes/ano.

Projeção feita pelos economistas da Fundação Getúlio Vargas estima queda de 2,8% no PIB de 2015 sobre o ano anterior, número que representa grave recessão. É uma queda assustadora, sobretudo pelo estrago no nível de emprego e no padrão de vida da população.

Por mais que se possa atribuir alguma parte dessa recessão aos eventos econômicos internacionais, as causas maiores estão aqui dentro e são fruto de erros e problemas nacionais.

É nesse contexto que está circulando proposta feita por economistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sugerindo que o governo desista de cortar gastos e execute um programa de investimentos, mesmo à custa de aumentar a dívida pública.

As causas maiores da recessão estão aqui dentro e são fruto de erros e problemas nacionais. Quando um governo está gastando tudo que arrecada, qualquer despesa adicional somente pode ser paga de duas formas: ou fazendo mais dívida ou emitindo moeda.

Se a opção for pelo caminho da emissão de moeda para cobrir os gastos, a população pagará a conta em forma de mais inflação – que é, no fundo, um imposto sem lei. Os defensores dessa tese recorrem a John Maynard Keynes, considerado o maior economista do século 20, pai da teoria que propunha aos governos a execução de obras públicas nos anos 30, a serem pagas com emissão de moeda, como meio para o mundo sair da grande depressão.

Na grande depressão dos anos 30, em função de imensa queda do PIB, três fenômenos aconteceram: os preços caíram em processo acentuado de deflação; amplos estoques de bens de capital entraram em ociosidade; e o desemprego explodiu.

Assim, a tese era de que a produção podia ser recuperada pelo emprego de pessoas e das máquinas paradas, e as emissões de moeda para pagar o gasto público não provocariam inflação.

Keynes recomendava que, uma vez recuperada a produção e cessada a deflação, os governos deveriam parar com os gastos, sob pena de lançarem o país numa espiral inflacionária que acabaria produzindo outra recessão.

Duas das condições vigentes naquela época – deflação e ociosidade de bens de capital – não existem hoje no Brasil. O chamado “aumento da oferta” pela recuperação da produção em alta escala não é possível por obra de pirotecnias governamentais. É preciso que o país tenha máquinas, equipamentos, tecnologia, empreendedores, trabalhadores qualificados e estabilidade de preços para que o PIB possa se recuperar.

Ainda há o fato de que 81% do PIB é a parte composta de bens e serviços de consumo e somente 19% são a parte composta por bens de capital. Logo, a estrutura produtiva do país está montada para produzir apenas 19% de bens de capital que compõem um programa de investimentos.

Se o país resolvesse fazer obras públicas adicionais equivalentes a, por exemplo, 5% do PIB, algo em torno de R\$ 280 bilhões, o setor industrial e de construção não teria como atender a um valor dessa ordem.

E, se o governo pagasse essa conta com emissão de moeda, em pouco tempo o país afundaria em hiperinflação descontrolada, principalmente porque, mesmo em recessão, a inflação anual está perto dos 10%.

Por outro lado, a hipótese de implantar um programa de obras pago com mais dívida é altamente perigosa, pois a dívida pública bruta já anda na faixa de 64% do PIB, limite bastante alto. Ademais, os recursos a serem emprestados ao governo vêm da própria sociedade, por meio dos depósitos de pessoas físicas e jurídicas.

De vez em quando, surgem propostas para que o Banco Central (BC) empreste ao governo as reservas bancárias formadas pelo depósito compulsório dos bancos (parte dos depósitos captados que é recolhida ao BC).

Esse tipo de proposta é coisa de quem não entende como funciona o sistema de meios de pagamento. A expressão "moeda" é representada pelo dinheiro vivo em circulação mais a moeda escritural operada pelo sistema financeiro como instrumento de trocas e pagamentos.

O mundo já provou fartamente que não há saídas milagrosas fora dos manuais convencionais de teoria econômica. Propostas heterodoxas e estranhas já foram tentadas em várias partes do planeta, inclusive no Brasil, todas elas se revelando um desastre.

O pedágio e seus desafios

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Em anos de atividades públicas e privadas, nunca acompanhei um tema tão polêmico quanto a questão do pedágio e a discussão em torno das concessões de rodovias. A inapetência do Estado como gestor nos levou ao pagamento de tarifa para andarmos em vias públicas. O que, aliás, não é fato novo: no Império Romano já se cobrava pedágio para trafegar na Via Ápia.

Não é aceitável, contudo, fugir do debate, embora respeitando todos os posicionamentos. O tema das concessões rodoviárias ocorre justamente numa fase difícil para o país, que, para resolver o ajuste fiscal, não tem recursos para realizar novas obras e nem para a manutenção das existentes.

Novos investimentos são indispensáveis para movimentar a nossa combatida economia, uma das razões que levaram a Fetranspar a se associar a quatro outras entidades do chamado G7 para levar ao ministro dos Transportes a solicitação para que se renove a delegação da União para os 1,8 mil quilômetros de rodovias federais que fazem parte dos 2,4 mil km do Anel de Integração.

Nossa intenção é que, após 2022, quando se encerra o prazo de delegação, o Paraná continue podendo controlar o Anel, que é prioritário para a nossa economia. Não podemos permitir que, por falta de interesse ou recursos, a partir de 2022 essas rodovias voltem à situação de 1997, justamente o que levou o estado a estabelecer as concessões ao setor privado.

Pelas negociações com o Ministério do Transporte, a renovação da delegação e as decisões a respeito de concessões, agora ou ao término dos contratos, serão tomadas em conjunto pelos governos estadual e federal.

Por decisão do ministro dos Transportes, foi criada uma comissão técnica para participar das negociações, que serão acompanhadas pela bancada do Paraná no Congresso Nacional e pelas entidades do setor produtivo.

A maior transparência possível é o que se pretende com este arranjo institucional, do qual a Fetranspar já participa ativamente. As premissas básicas para todas as negociações podem ser assim sintetizadas: transparência nas negociações, redução das tarifas,

conclusão da duplicação do Anel de Integração, melhoria dos serviços aos usuários e zeramento de pendências jurídicas entre o poder concedente e as concessionárias.

A necessidade urgente de melhoria das nossas rodovias, em péssimo estado de conservação em 1997, conduziu o processo de concessão a imperfeições, com consequências diretas no transporte rodoviário de cargas, que move praticamente toda a economia agropecuária e industrial do estado.

Foram as imperfeições nos contratos e na condução do processo nos anos seguintes que acabaram nos levando ao impasse atual. Obras previstas foram postergadas ou retiradas de contratos. Outras, necessárias à duplicação de todo o Anel, nem foram cogitadas. Mesmo assim, as tarifas de pedágio são altas, onerando o frete e, indiretamente, penalizando os setores econômicos e a própria população.

É grave, sim, a situação: pedágio alto, sem muitas obras novas, e com uma solução para só daqui a seis anos e meio. Significa pagar pedágios caros, em alguns casos acrescidos dos chamados "degraus tarifários" que os tornarão mais caros ainda. E as obras a serem iniciadas somente no fim dos contratos.

É por essas razões que a Fetranspar quer antecipar a discussão dos contratos, para que as obras de que precisamos – não apenas as postergadas ou retiradas dos contratos, mas toda a duplicação – sejam iniciadas imediatamente. E tudo isso com redução do preço do pedágio. Eximir-se dessa discussão, além de falta de visão de futuro, é prestar um desserviço à sociedade paranaense.

Sérgio Malucelli é presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Paraná (Fetranspar).

Lucro líquido do Paraná Banco cai 16% no segundo trimestre

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O Paraná Banco registrou no segundo trimestre deste ano um lucro líquido recorrente de R\$ 34,6 milhões, o que equivale a uma queda de 16% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em relação ao trimestre anterior (de janeiro a março deste ano), o recuo foi de 12,9%. O número consta do balanço divulgado pelo banco nesta terça-feira (14).

As receitas de intermediação financeira no segundo trimestre deste ano tiveram aumento de 26,4% em relação ao ano passado, totalizando R\$ 261,8 milhões. Segundo o banco, as receitas foram impulsionadas pelo aumento das operações de crédito e retorno das operações com títulos e valores mobiliários.

No documento, o Paraná Banco também reforça que, "diante do cenário econômico neste primeiro semestre", teve uma postura mais restritiva ao crédito empresarial, o que impactou na retração de 10,4% dessa carteira em comparação ao trimestre anterior – já em comparação com o mesmo período do ano passado, o aumento foi de 18%.

Já a carteira de crédito consignado cresceu 13,2% sobre o ano passando, enquanto o crédito imobiliário aumentou 157,6%, na mesma base de comparação.

"Temos plena consciência das barreiras atuais que nosso país enfrenta, sejam por influência interna ou externa, para em algum momento retomar o crescimento. Assim sendo, reforçamos nossa visão conservadora para superar esse período de indefinição em nossa economia", escreve o banco no balanço.

O Paraná Banco destaca no balanço que aguarda para este semestre a aprovação dos órgãos reguladores da redução da participação societária da JMalucelli Seguros, que ampliará ainda mais o caixa da instituição.

A reorganização ocorreu em abril – a Travelers passou a deter 95% de participação no ramo de seguros de propriedade e responsabilidade empresarial, enquanto o banco ficou com 5%.

A JM Seguradora apresentou nesse trimestre, em comparação com o mesmo período do ano passado, uma retração de 4,1% no lucro líquido, finalizando o período em R\$ 12,5 milhões.

Já a JM Resseguradora viu o lucro líquido aumentar 14,3% no segundo trimestre, para R\$ 14,1 milhões, na mesma base de comparação.

Funcionários de fábrica da GM decidem manter greve, diz sindicato

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Os funcionários da fábrica da montadora General Motors (GM) em São José dos Campos decidiram, em assembleia nesta terça-feira (11), manter a greve iniciada no dia anterior, por tempo indeterminado, segundo o Sindmetalsjc (Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região).

O presidente da entidade, Antônio Ferreira de Bastos, afirma que os funcionários continuam sendo dispensados através de telegramas, que começaram no sábado. A estimativa do sindicato é que mais de 300 trabalhadores tenham sido demitidos. A GM não informa o número total.

Consultada, a empresa disse que todos os telegramas foram emitidos no sábado (8) de manhã. “Mas nem todos foram entregues pelos Correios no sábado. E a entrega prosseguiu durante a semana”, explicou por e-mail.

De acordo com o sindicato, cerca de 5.200 funcionários participam da paralisação, que tem como objetivo a reversão de demissões e a abertura de negociações entre sindicato e montadora.

O presidente do sindicato afirma que, desde de segunda-feira, cerca de 500 carros deixaram de ser fabricados, bem como motores e peças de transmissão. Mesmo com a crise econômica e o excesso de estoque nas montadoras, Bastos defende que a greve é a “melhor arma dos trabalhadores”.

“Estamos trabalhando com duas frentes, uma é a exigência política com o governo federal e estadual. A outra é a greve. Além de não sair nenhum carro da linha de produção, também não sai nenhum carro do pátio para as concessionárias, porque o estoque fica na planta”, afirma ele.

Proposta

O sindicato propõe uma redução da jornada de trabalho para 36 horas, sem impacto no salário; uma licença remunerada, ou um novo lay-off, com compromisso de estabilidade. “A empresa tomou medidas unilaterais”, disse Bastos.

Representantes do Sidmetalsjc se reuniram nesta terça (11) em São José dos Campos com o secretário de Estado do Emprego, José Luiz Ribeiro. Eles pediram uma intervenção do governo do estado e uma audiência com o governador Geraldo Alckmin (PSDB).

O presidente do Sidmetalsjc disse ainda que o governo federal e estadual beneficiam a indústria automobilística com programas de incentivos e, por isso, deveriam cobrar a anulação das demissões.

Em nota, a Secretaria afirmou que está disponível para ajudar os funcionários. "O secretário colocou a Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho (SERT) à disposição dos cidadãos para ajudá-los com qualificação e com as vagas de emprego disponibilizadas pelos PATs [Postos de Atendimento ao Trabalhador]. Nesta semana, são mais de 400 nos postos do Vale do Paraíba."

Cortes

Os cortes em São José dos Campos acontecem um mês depois de a montadora ter demitido cerca de 500 trabalhadores na fábrica de São Caetano do Sul, disse o sindicato.

A entidade também informou que na segunda-feira retornaram ao trabalho 750 trabalhadores que estavam em lay-off, resultado de uma mobilização ocorrida em fevereiro, quando a GM havia indicado a intenção de realizar 798 demissões.

A GM de São José dos Campos produz os modelos S10 e Trailblazer, além de motores, transmissão e kits para exportação, informou o sindicato.

Brasil reduziu em 15% emissão de gases de efeito estufa

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

As emissões brutas de gases do efeito estufa (GEE) no Brasil, entre 1990 e 2013, diminuíram de 1,83 bilhão de toneladas de gás carbônico equivalente (GtCO_{2e}) para 1,59 bilhões de toneladas, o que representa uma queda de 15%. No mesmo período, as emissões globais cresceram mais de 35% alcançando cerca de 52 bilhões de toneladas. As informações são da Agência Brasil.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (11) pelo Observatório do Clima, rede que reúne 37 entidades da sociedade civil para discutir as mudanças climáticas no Brasil.

Segundo os dados levantados pelo Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa, plataforma de acesso aberto criada pelo observatório, o setor de energia teve um incremento de 103% nas emissões do GEE no período de 1990 e 2013, seguido de processos industriais, com 93%, e resíduos, com 68%, e do setor agropecuário que teve alta de 46%. O setor de mudanças do uso da terra teve queda de 56% nas emissões.

Só nos últimos cinco anos, as emissões da área energética aumentaram 34%. "A expansão se deve à queda da participação do etanol, ao aumento do consumo de gasolina e diesel, além do incremento de geração termelétrica no Brasil", observou o secretário executivo do observatório, Carlos Rittl. Para ele, essa tendência é alarmante, mesmo quanto ao desmatamento.

O documento indica ainda que em 2013 os estados do Pará e do Mato Grosso figuram como os maiores emissores do país, devido ao desmatamento e à atividade pecuária. Logo em seguida vêm São Paulo e Minas Gerais, onde predominam emissões do setor de energia (especialmente o transporte) e, no caso de Minas Gerais o gado leiteiro.

Embora o Brasil tenha passado por avanços importantes no que diz respeito às políticas públicas voltadas para mudanças climáticas, as análises do SEEG indicam que o país ainda não incorporou uma estratégia de desenvolvimento que leve em conta o controle das emissões de gases do efeito estufa.

“As incentivas do governo federal, derivadas da Política Nacional sobre Mudança Climática, de 2009, têm escala muito tímida, e são frequentemente atropeladas por outras, como os subsídios à gasolina e o incentivo ao carro. É como se houvesse dois governos em ação: um que elabora políticas avançadas de descarbonização e outro que sabotava sistematicamente essas políticas”, observou o secretário executivo.

Ritll explicou que o resultado é que o país não aproveita as oportunidades e as vantagens únicas que uma economia de baixo carbono pode oferecer. “A governança que sustenta as políticas públicas brasileiras relacionadas às mudanças climáticas não é claramente estabelecida.

O país ainda não possui um sistema claro de monitoramento e avaliação para todas as políticas públicas ou para o conjunto de iniciativas sobre mudanças do clima e de cada um dos planos setoriais”, finalizou.

Moody's rebaixa nota do Brasil, mas mantém selo de bom pagador

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Um cenário que já era esperado pelo mercado se confirmou nesta terça-feira (11). A agência de classificação de risco Moody's rebaixou a nota de crédito do Brasil – de Baa2 para Baa3 –, o que deixa o país apenas um degrau acima do nível especulativo.

A agência, porém, mudou a perspectiva da economia brasileira de “negativa” para “estável”, indicando que, no curto prazo, o Brasil não irá perder o selo de bom pagador. E fez ressalvas. A Moody's deixou claro que o país precisa voltar a crescer em 2017 e entregar melhores resultados fiscais.

“Um desempenho econômico mais fraco que o esperado, uma tendência de crescimento de gastos públicos e uma falta de consenso político sobre as reformas fiscais impedirão que as autoridades alcancem um superávit primário alto o bastante para segurar e reverter a tendência de alta da dívida este e no próximo ano”, justificou, em nota, a agência.

A recuperação é esperada para 2017 e 2018, quando a perspectiva é que a taxa anual de expansão do PIB possa ficar em 2%, com a estabilização da dívida somente no fim do governo da presidente Dilma Rousseff. E o cenário político conturbado também foi levado em consideração pela agência, que notou as consequências da operação Lava Jato.

“O cenário político tornou-se cada vez mais complicado. A taxa baixa recorde de aprovação para a presidente Dilma tem enfraquecido a posição política dela e os processos judiciais de investigação de corrupção Lava Jato têm contribuído para o aumento da tensão entre o Congresso e o Poder Executivo, minando ainda mais os esforços do governo para avançar sua agenda econômica”, diz a Moody's.

O rebaixamento era esperado desde meados de julho, quando técnicos da agência visitaram o Brasil para analisar as contas públicas. Com a deterioração fiscal e a dificuldade de aprovar as medidas de ajuste no Congresso, cresceu, então, a aposta de que o Brasil teria a sua nota cortada.

A expectativa ganhou ainda mais força – sendo cogitada, inclusive, a perda do grau de investimento – quando o Ministério da Fazenda decidiu reduzir de 1,1% do PIB para 0,15% do PIB a meta de superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida) este ano.

O menor esforço fiscal contribui para o aumento da relação dívida pública bruta e PIB – um dos pontos analisados pelas agências de risco para aferir a solvência de um país.

Repercussão

Nesse contexto, economistas acreditam que a avaliação da Moody's sobre o Brasil é até melhor que a esperada, já que afastou, ao menos por ora, o risco de rebaixamento do país.

“Acho que, no fim, a decisão da Moody's foi uma surpresa positiva. A segunda surpresa positiva foi a perspectiva neutra, com a justificativa de que a Moody's vai esperar a estabilização da dívida só em 2018. É uma aposta que o Brasil pode reverter as coisas mais à frente”, avalia Jankiel Santos, economista-chefe do BES Investimentos.

“O rebaixamento em só uma nota e a perspectiva estável foram ótimos. A grande preocupação era perder o grau de investimento”, disse Pablo Spyer, diretor da Mirae Asset.

Agência de risco Moody's rebaixa nota de crédito do Brasil

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A agência de classificação de risco Moody's cortou nesta terça-feira (11) a nota de crédito do país para Baa3 e alterou a perspectiva para estável. A nota anterior do país era Baa2 – com o corte, o país está a um nível de perder o grau de investimento na agência.

A Moody's foi a segunda entre as três principais agências de classificação a rebaixar o rating do Brasil para mais perto do território especulativo, após decisão similar da Standard & Poor's, que tem uma perspectiva negativa para o Brasil. A Fitch Ratings ainda classifica o Brasil dois degraus acima do nível especulativo, com perspectiva negativa.

[INFOGRÁFICO: entenda como funciona a escala de ratings globais](#)

A Moody's atribuiu a decisão ao desempenho econômico mais fraco que o esperado, à situação fiscal do país e à falta de consenso político para aprovar as reformas fiscais. As divergências, segue a agência, vão impedir as autoridades de alcançar um superavit primário que seja suficiente para conter e reverter o endividamento crescente do país neste ano e no próximo.

Entenda o que é grau de investimento

O grau de investimento é uma condição atribuída por agências internacionais de classificação de risco a papéis, empresas ou países para definir que se trata de um investimento seguro -ou seja, com baixo risco de calote.As três agências risco de maior visibilidade no mundo são a **Standard & Poors**, a **Moodys** e a **Fitch Ratings**.As empresas de avaliação de risco são contratadas para fazer essa análise, que é uma opinião.

Apesar disso, argumentam que, mesmo sendo atribuída mediante encomenda de agentes financeiros, a nota de risco é uma avaliação independente e confiável porque há uma preocupação com a credibilidade da própria agência.

Vale destacar, porém, que, na quebra do mercado imobiliário americano que esteve no epicentro da crise de confiança global desencadeada em 2008, papéis do setor que se mostraram “ativos podres” tinham nota máxima das agências de classificação de risco com grau de investimento.

As notas emitidas são expressas na forma de letras e sinais aritméticos.

“Como resultado disso, a carga da dívida do governo e a capacidade de pagamento continuarão a deteriorar materialmente em 2015 e em 2016, em comparação com as expectativas anteriores da agência de rating, para níveis materialmente piores do que outros países com ratings Baa. A Moody’s tem a expectativa de que a carga de dívida crescente se estabilize somente perto do fim do governo atual”, diz a nota.

Para a Moody’s, “o Brasil retém vários pontos positivos em termos de crédito que se refletem no rating Baa3: sua capacidade para resistir a choques financeiros externos, tendo em vista as amplas reservas internacionais; um balanço do governo com exposição relativamente limitada a dívidas em moeda estrangeira e a dívidas de não residentes, em comparação com países com ratings semelhantes; e uma economia grande e diversificada”.

Esforço

A equipe econômica, liderada pelos ministros Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento) vinha tentando evitar um rebaixamento do crédito com uma série de cortes de gastos para conter o déficit fiscal, que saltou durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

O governo reduziu a meta de economia para pagamento de juros da dívida deste ano a equivalente a 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB), contra 1,1% do PIB previsto até então. Também anunciou corte adicional de gastos de R\$ 8,6 bilhões.

Indicação

Após o rebaixamento do rating do Brasil para Baa3 pela agência de risco Moody’s nesta terça-feira (11), o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou que a decisão da agência é uma indicação das prioridades que o governo deve ter para manter a qualidade da dívida pública.

“A declaração da Moody’s explica exatamente os pontos que ela achou relevante, é uma declaração bastante detalhada, transparente e que eu acho que dá indicação das prioridades que a gente tem que ter em relação a manter a qualidade da nossa dívida pública”, disse ao deixar o Ministério da Fazenda depois de uma reunião com banqueiros.

Contudo, o governo deixou em aberto a possibilidade de fechar o ano com déficit primário de mais de R\$ 17 bilhões caso não consiga obter algumas receitas com as quais conta e que basicamente dependem da aprovação do Congresso Nacional, em meio a uma intensa batalha política entre o Executivo e o Legislativo.

“Alívio”

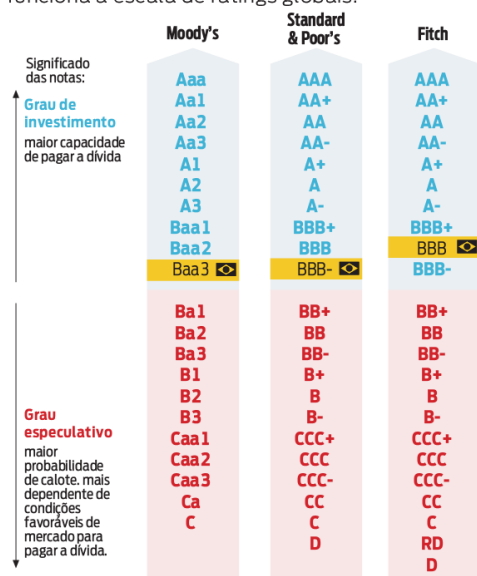
Uma fonte do governo disse que o rebaixamento do rating era esperado e salientou o fato de a perspectiva não ter ficado negativa. “Um rebaixamento é sempre negativo mas, por outro lado, a perspectiva negativa não se concretizou, o que reflete que o esforço do governo está tendo efeito”, afirmou a fonte.

De modo geral, a perspectiva estável sinaliza que a classificação não deve mudar nos próximos 12 a 18 meses.

Para André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos, o mercado reagiu bem à notícia, já que o país conseguiu manter o grau de investimento. “Ganhamos uns seis meses de respiro com a perspectiva estável. O maior medo era que a Moody’s jogasse logo o país para o grau especulativo”, afirmou.

INVESTIMENTO ARRISCADO

As agências de classificação medem o risco de uma nação ou empresa não saldarem sua dívida e se é seguro investir nesses locais. Entenda como funciona a escala de ratings globais:



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Produção de motos cai 25% em julho

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A produção de motocicletas caiu 13% em julho ante junho, para 101.721 unidades, segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo). Na comparação com julho do ano passado, a queda foi de 25,2%, enquanto no acumulado do ano a retração é de 12%, para 799.981 motos nos sete primeiros meses.

Já as vendas no atacado (para concessionárias) recuaram 7,3% em julho na comparação mensal, para 93.654 unidades. Na variação anual, houve retração de 17,1%. No acumulado do ano, a baixa chega a 9,3%, para 752.747 motos vendidas.

No varejo, julho registrou 121.012 vendas, alta de 6,6% ante junho e queda de 11% frente a julho do ano passado. Nos sete primeiros meses do ano, as vendas somam 749.441 unidades, queda de 10,6%.

A alta mensal em julho é resultado do efeito calendário, já que o mês teve dois dias úteis a mais que junho. A média diária de vendas em julho caiu 2,7% ante junho, para 4.684 unidades. Na comparação com julho de 2014, a retração foi de 10,97%.

“As férias coletivas nas fábricas, localizadas no Polo Industrial de Manaus, além das incertezas do contexto macroeconômico nacional presentes no início do segundo semestre, incluindo crescimento da inflação, risco à empregabilidade e baixa oferta de crédito para aquisição de veículos, são os principais fatores impactantes para este cenário do setor”, diz em nota o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian.

Exportações

As exportações totalizaram alta de 56,6% em julho ante junho, para 8.574 unidades, com elevação de 14% ante julho de 2014. No acumulado do ano, as exportações somam 26.815 unidades, um recuo de 49,3% ante igual período do ano passado.

Os mercados externos que mais cresceram entre junho e julho foram Argentina, Estados Unidos, Colômbia, Canadá, Austrália, Bolívia e Costa Rica.

Segundo a Abraciclo, o Brasil é o sexto maior produtor de motos do mundo, com 1,4 milhão de unidades por ano. A frota nacional é estimada em mais de 20 milhões.

Conta de luz deve cair 1% com desligamento de térmicas, diz governo

12/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, afirmou nesta terça-feira (11) que estima uma queda de cerca de 15% no valor da tarifa extra da chamada bandeira vermelha, provocada pelo desligamento de usinas térmicas, cuja geração é mais cara. O impacto no valor final da conta de luz do consumidor será próximo de 1%.

As bandeiras amarela e vermelha são tarifas pagas a mais pelos consumidores quando há nível elevado de geração de energia por termelétricas. Como o custo de gerar por térmicas (média acima de R\$ 400 por Megawatt/hora) é maior que o de gerar por hidrelétricas (média abaixo de R\$ 100 por Megawatt/hora), o consumidor paga a diferença.

Caso não houvesse uso de térmicas, ou se ele fosse pequeno, a bandeira seria verde, sem aumento de custo para o consumidor.

Desligamento

Na semana passada, o governo mandou desligar 21 térmicas que geravam energia mais cara, acima de R\$ 600 por Megawatt-hora (MWh). Com isso, haverá uma redução do custo estimado com térmicas de R\$ 5,5 bilhões até o fim do ano.

Por causa do custo a menos, o governo imagina que o valor dessa tarifa extra, que desde abril é de R\$ 5,50 a cada 100 kilowatt-hora (kWh) consumidos, caia para algo próximo de R\$ 4,50.

Não haverá mudanças na tarifa normal cobrada dos consumidores, o que faz com que, em média, o valor total das contas de energia devam se reduzir em algo próximo de 1%.

Em fevereiro, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) havia aumentado em 83% a tarifa extra na bandeira vermelha, que passou de R\$ 3 para R\$ 5,50 a cada 100 kilowatt-hora (kWh) consumidos.

Segundo Braga, a redução do valor da bandeira deverá ocorrer a partir de setembro, após uma audiência pública que será conduzida pela Aneel este mês.

Tempo seco

Contudo, ainda não é possível rebaixar o custo para a bandeira amarela – em que o aumento é de R\$ 2,50 a cada 100 kWh consumidos – por não haver segurança sobre o regime de chuvas.

“Estamos em pleno período seco. Apesar de todo o esforço de recuperação dos nossos reservatórios, não temos ainda segurança [para colocar na bandeira amarela]. Esse é um primeiro passo de um ciclo de redução de tarifa”, disse Braga.

Perguntado se as constantes mudanças no valor da bandeira causariam insegurança para consumidores e produtores de energia, Braga respondeu que o espírito da bandeira é evitar que os aumentos aconteçam apenas nas revisões tarifárias anuais.

“A bandeira cria essa flexibilidade de não carregar [o custo para] o consumidor ao longo do ciclo tarifário. Não é justo que o consumidor continue sendo onerado por um custo que já não está mais acontecendo”.

Lucro da Gerdau despensa 32,6% no 2º trimestre

12/08/2015 – Fonte: Época



O lucro líquido da Gerdau no segundo trimestre do ano atingiu R\$ 265 milhões, queda de 32,6% em relação ao observado um ano antes. Ante o primeiro trimestre do ano a retração foi de 0,7%. Na primeira metade do ano o lucro foi a R\$ 532 milhões, recuo de 36,1% na comparação com o primeiro semestre de 2014.

O lucro líquido veio em linha com as projeções de seis casas consultadas pelo Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, (BTG, Citi, JPMorgan, Morgan Stanley, Santander e Votorantim Corretora), cuja média apontava para ganhos de R\$ 273,5 milhões.

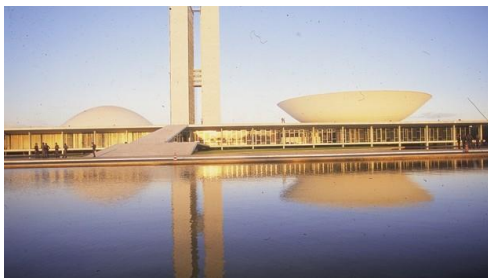
O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou em R\$ 1,184 bilhão, alta de 1,2% em 12 meses. Ante os três primeiros meses do ano houve um avanço de 8,7%. Já no primeiro semestre o Ebitda caiu 3,9% indo a R\$ 2,273 bilhões. A margem Ebitda, por sua vez, caiu de 11,2% no segundo trimestre de 2014 para 11%. Em relação aos três primeiros meses deste ano a margem subiu 0,6 ponto porcentual.

A receita líquida da siderúrgica gaúcha foi de R\$ 10,759 bilhões no intervalo de abril a junho, aumento de 3% em um ano. Na comparação com o período imediatamente anterior o aumento também foi de 3%.

Na primeira metade do ano a receita chegou a R\$ 21,206 bilhões, crescimento de 1% na relação anual. O Ebitda também está próximo das estimativas, de R\$ 1,163 bilhão. O mesmo ocorre para a receita líquida apresentada, de R\$ 10,759 bilhões, em linha com a previsão de R\$ 11,3 bilhões na média do mercado. O Broadcast considera que o resultado está em linha com as projeções quando a variação para cima ou para baixo é de até 5%.

Mudança em índice do FGTS pode ser votada na Câmara na 5ª ou na semana que vem

12/08/2015 – Fonte: Época Negócios



A votação na Câmara dos Deputados do projeto de lei que altera o índice de reajuste do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) deve ficar para a próxima quinta-feira ou até mesmo para a próxima semana, disse nesta terça-feira (11/08) o líder do DEM na Casa, Mendonça Filho (PE), um dos autores da proposta.

Mendonça disse, após participar da reunião do colégio de líderes da Câmara, que a intenção dos deputados é concluir nesta terça a votação de emendas em primeiro turno de Proposta de Emenda à Constituição que vincula os salários de servidores da Advocacia-Geral da União (AGU) ao de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em seguida, há duas outras matérias a serem analisadas --uma sobre combate ao terrorismo e outra que traz alterações eleitorais. "Provavelmente não", disse o líder ao ser indagado sobre a possibilidade de votação nesta terça-feira do projeto que muda o índice de reajuste do FGTS.

"Podemos avançar em outras matérias, como por exemplo o projeto de lei que trata da correção do saldo do FGTS, na quinta ou na próxima semana", acrescentou.

O texto, subscrito além de Mendonça pelo deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) e pelo líder do PMDB, Leonardo Picciani (RJ), prevê que a remuneração do FGTS será igual à da poupança.

O governo vem articulando para adiar a votação da mudança e se comprometeu a enviar dados e uma proposta alternativa à Casa.

A votação do projeto também é acompanhada pelo mercado financeiro. Uma eventual mudança do cálculo de reajuste do fundo, cujos recursos são importantes no financiamento de imóveis, pode afetar as construtoras, especialmente as focadas no segmento de baixa renda, que veriam seus custos de financiamento aumentarem.

Indústria terá força para reagir, afirma Dilma

12/08/2015 – Fonte: Época Negócios

A presidente Dilma Rousseff disse há pouco "ter certeza" de que a inflação caminha para a meta em 2016 e "progressivamente" para 2017. Durante apresentação do Programa de Investimentos em Energia Elétrica (PIEE), nesta terça-feira (11/08) ela afirmou ainda que os investimentos em energia vão continuar e a indústria brasileira sem dúvida terá força para reagir.

"Temos de separar e evidenciar que há uma diferença em impactos sobre a indústria automobilística - que depois de anos de crescimento agora começa a se adaptar - e o

impacto na cadeia de petróleo e gás. Temos de separar essas duas cadeias das demais indústrias", considerou a presidente.

Dilma destacou que a indústria automobilística está retomando as exportações. "Temos de pensar que o fim do superciclo das commodities chegou e temos de pensar em mais eficiência", avaliou.

A presidente disse ainda que a recuperação da Petrobras começou e que a estatal precisa ficar cada vez mais ágil e focada. "A Petrobras sempre será uma empresa vencedora. Temos de tratá-la como patrimônio nacional, sem ufanismo, mas sobretudo pelo valor que temos de dar à independência energética", afirmou.

De acordo com a presidente, em que pese a queda do preço do petróleo, o Brasil não reagiu "de forma tão nefasta" como outros países. "A Petrobras é um patrimônio que nós estamos cuidando e que deve gerar resultados a cada um dos seus acionistas aqui e ao redor do mundo, e ao povo brasileiro, seu maior acionista", completou.

Dilma citou ainda que muitas empresas brasileiras atualmente são globais e que essas empresas vão ser elementos essenciais para a retomada do crescimento econômico do País.

Novos caminhos

A presidente Dilma Rousseff afirmou ser preciso "criar caminhos para o crescimento nesse mundo que está muito diferente".

Para a presidente, um dos sinais é o PíEE, que permite que as empresas planejem os anos seguintes. "Não vai faltar energia, faremos todos os esforços no sentido de assegurar o abastecimento."

Em meio a uma crise política com o Congresso, Dilma reconheceu que "obstáculos nesses momentos, quando têm de ser enfrentados, a melhor resposta é governar respeitando a democracia".

A presidente reconheceu ainda que os marcos regulatórios precisam ser alterados. "Marcos regulatórios precisam melhorar", disse após defender compromissos com a democracia. "Há questões que têm de ser encaradas; temos de encarar licenciamento", ponderou.

A presidente ressaltou a importância de interação entre o setor público e o privado. Para a presidente, esse foi um dos fatores para elevar a classe média do País. Dilma finalizou seu discurso dizendo que os impactos dos investimentos serão vistos nos próximos dez anos.

Governo anuncia R\$ 186 bilhões de investimento em energia elétrica até 2018

12/08/2015 – Fonte: Época Negócios

O governo federal anunciou a contratação de investimentos de R\$ 186 bilhões até 2018 em energia elétrica, considerando empreendimentos já planejados e anunciados anteriormente, sendo R\$ 81 bilhões gastos até aquele ano e R\$ 105 bilhões a partir de 2019.

Do total, serão R\$ 116 bilhões para geração e R\$ 70 bilhões para transmissão de energia. Esses investimentos representam um incremento de geração de 25 mil megawatts (MW) a 31,5 mil MW, além de 37,6 mil quilômetros em novas linhas de transmissão.

Os investimentos fazem parte do Programa de Investimento em Energia Elétrica (PIEE), lançado nesta terça-feira, 11, pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga.

O ministro Eduardo Braga afirmou que o governo está avançando com cuidado no que diz respeito à questão ambiental para alcançar um programa robusto no setor elétrico. "O Brasil dará respostas que a economia e o povo brasileiro tanto esperam do governo", disse. "Estamos conseguindo superar os desafios que a natureza e as circunstâncias colocaram à nossa frente. Temos assegurado a entrega da energia", completou.

Segundo o ministro, o racionamento de 2001 teve um grande custo para a economia do País. Ele acrescentou que o custo da energia precisa ser compatível com os preços internacionais. "Precisamos de um setor cada vez mais robusto, com fontes limpas e custos compatíveis", completou.

O programa é um combinado dos investimentos já anunciados pelo setor elétrico para os próximos anos. Segundo o ministro o PIEE tem o objetivo de mostrar que o planejamento de longo prazo do setor elétrico é "vitorioso" e terá continuidade.

De acordo com vídeo institucional apresentado no início da cerimônia, o objetivo do programa é manter a matriz energética limpa e a custos declinantes, para que os custos da eletricidade 2018 cheguem a patamares compatíveis com o mercado internacional.

Braga destacou um dos desafios do programa é ter mais fontes renováveis de energia na matriz brasileira. "Vamos avançar para promover a competitividade necessária para nossos produtos", afirmou.

Entre as hidrelétricas a serem contratadas até 2018, o governo voltou a citar a Usina de São Luiz Tapajós, com capacidade de 8.040 megawatts (MW), que ano após ano não consegue entrar nos leilões do setor.

"Estamos em fase final de licenciamento para o leilão dessa usina até o fim do ano", frisou. Outra usina listada na região Norte, no mesmo rio, é a usina de Jatobá, com capacidade de 2.328 MW. Já a região Sul, conta com cinco usinas pequenas: Ercilândia (87 MW), Foz Piquiri (93 MW), Paranhos (67 MW), Telêmaco Borba (118 MW) e Apertados (139 MW).

Ford abrirá esse ano primeira fábrica de montagem na Nigéria

12/08/2015 – Fonte: Época Negócios



Washington - A Ford anunciou nesta terça-feira que no final do ano começará a montar na Nigéria a caminhonete "Ranger", o que transformará o país no segundo do continente africano a produzir automóveis para empresa.

Segundo a Ford, que já produz veículos na África do Sul, os automóveis fabricados na Nigéria serão vendidos só no mercado nacional.

A Ranger será produzida na cidade nigeriana de Ikeja, a 750 quilômetros da capital nigeriana, Abuja, precisou o fabricante em comunicado.

Jim Blenintende, presidente da Ford para o Oriente Médio e África, declarou que "a montagem das caminhonetes Ranger na maior economia da África é um importante marco" no plano de crescimento na região.

A Ford disse que a produção da Ranger na Nigéria será realizada em associação com a empresa local Coscharis Motors, e que partes da carroceria e outros componentes serão importados da África do Sul.

A nova fábrica de montagem de Ikeja empregará cerca de 180 pessoas e terá capacidade para produzir 5 mil veículos por ano.

Ford mira mercados emergentes com engenharia indiana

12/08/2015 – Fonte: Exame



A Ford planeja usar técnicas de baixo custo aprendidas na Índia para desenvolver modelos compactos para outros mercados emergentes, disseram executivos, copiando a estratégia usada pelos rivais asiáticos no quinto maior mercado automotivo do mundo.

A montadora dos Estados Unidos luta para competir na Índia, um mercado onde carros pequenos e baratos, mas ainda assim potentes, são populares e onde também montadoras como a Maruti Suzuki India e a Hyundai dominam.

No último ano fiscal, a Ford vendeu 75 mil carros - resultado pequeno perto da marca líder no mercado Maruti Suzuki - e sua participação de 3 por cento no mercado de veículos de passageiros é uma das menores entre as montadoras estrangeiras.

Assim a Ford mira a expansão de sua participação no mercado com o lançamento de seu primeiro carro compacto feito especificamente para o mercado indiano, o Figo Aspire, na quarta-feira. O motor potente e eficiente do carro também será instalado em outros veículos que a Ford pretende exportar para a África e o Sudeste Asiático, disseram os executivos.

"Nós estamos sendo desafiados a achar soluções de engenharia com menores custos do que tradicionalmente temos sido aptos a fazer", disse o chefe do programa de carros compactos da Ford na Ásia-Pacífico, John Lonsdale.

Inadimplência do consumidor cresceu 4,47% em julho, diz SPC

12/08/2015 – Fonte: Exame

O número de consumidores inadimplentes cresceu 4,47% em julho. No período, as vendas a prazo caíram 3,26% em comparação com o mesmo mês do ano passado. De acordo com dados divulgados hoje (11) pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e

Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), 57 milhões de consumidores estão no cadastro de devedores. Em junho deste ano, os inadimplentes eram 56,5 milhões.

Para Honório Pinheiro, presidente do CNDL, a estimativa inclui os atrasos em empréstimos bancários, contas de serviços e pagamentos ao comércio. Segundo ele, a conta indica que quatro em cada dez brasileiros adultos têm o nome sujo atualmente.

A maior parte dos devedores está concentrada na região Sudeste, com 39,88%. Na sequência, o Nordeste, com 25,97%, e a região Sul, com 12,98%. As mesmas regiões também são as que mais concentram dívidas atrasadas: Sudeste (40,61%), Nordeste (24,80) e Sul (14,55%).

Para a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, o crescimento na quantidade de pessoas negativadas está relacionado ao cenário macroeconômico do país.

"A pressão exercida pela fraca atividade econômica, combinada com o aumento dos índices de desemprego, tem impactado na capacidade dos brasileiros quitar suas dívidas", afirmou.

Água e luz são as dívidas que mais apresentaram aumento na comparação com o mesmo período de 2014, com crescimento de 13,24%.

Os bancos são o segmento com maior participação no volume de pessoas com pagamentos atrasados, com 40,92% de todas as dívidas, seguidos do comércio (20,14%) e telefonia, internet e TV a cabo (14,72%).

Governo pode adiar exigências à indústria automotiva

12/08/2015 – Fonte: Exame



O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, afirmou nesta terça, 11, que o governo vem dialogando com a Anfavea, entidade que representa a indústria automotiva, e que um grupo de estudo coordenado pela Casa Civil estuda medidas, como a possibilidade de adiar o cumprimento de exigências previstas no regime automotivo.

Segundo ele, o setor automotivo é um dos que mais podem ganhar mercado no exterior no curto prazo.

"Algumas exigências podem ser postergadas, liberando o setor de custos que estavam colocados", disse a jornalistas, ao chegar para a posse do novo presidente do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), Luiz Otávio Pimentel, em encontro acadêmico no Rio.

O ministro não detalhou quais exigências poderiam ser postergadas, citando apenas "aspectos regulatórios" e garantindo que os padrões de segurança não seriam prejudicados.

Segundo Monteiro, o grupo coordenado pela Casa Civil estuda também medidas relacionadas ao financiamento da cadeia produtiva.

"O Banco do Brasil e a Caixa estão articulando programas para poder apoiar a cadeia de fornecimento do setor automotivo, olhando o setor de autopeças", disse o ministro, destacando que o Programa de Proteção do Emprego (PPE), que permite às indústrias reduzirem o salário dos empregados para evitar demissões, também surgiu no âmbito dessas conversas.

Com foco no comércio exterior, o governo está estudando medidas de crédito para o setor automotivo.

"O setor automotivo é um dos que mais podem ganhar a curto prazo com o mercado externo, não a ponto de compensar inteiramente, mas de poder atenuar de forma expressiva a queda que o setor vem tendo", afirmou Monteiro.

O que significa a nossa 'crise'?

12/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

O rebaixamento da nota do Brasil pela agência Moody's de classificação de risco vem juntar-se a uma saraivada de más notícias sobre o país.

Esse acervo ominoso que compila crescentes mazelas políticas, econômicas e morais passou a merecer desta **Folha** um selo especial de cobertura e análise : "Brasil em crise". Observadores da cena nacional no exterior, de bancos de investimento a estudiosos de Brasil nas universidades, espantam-se com a complexidade da "crise" brasileira.

Noticia-se que a Presidência deseja entendimentos com a elite empresarial e partidos para além de sua base aliada de modo a atenuar a "crise".

Movimentos sociais arregimentados pelo Planalto buscam contrapor-se às manifestações antigoverno, mas pregam o abandono do ajuste fiscal como medida de superação da "crise".

Entidades patronais como Fiesp e Firjan cerram fileiras em torno do chamamento do vice-presidente por união como forma de dirimir a "crise".

O que todas essas noções de "crise" apresentam em comum é a ideia de um conjunto de dificuldades formado pela convergência de obstáculos de diferentes natureza que se acumulam num mesmo período de tempo.

Mas será que é isso mesmo? No caso brasileiro, um Congresso plenamente antenado com o Palácio do Planalto (ou seja, sem "crise" política) produziria um resultado melhor para fins do desenvolvimento brasileiro?

Imaginemos que as pedaladas fiscais dos últimos anos tivessem escala menor, ou que a intervenção em preços públicos houvesse sido mais tênue, evitaríamos assim a "crise" econômica que nos aflige?

À luz das experiências internacionais exitosas de superação de grandes desafios fica patente que, na classificação da atual crise brasileira, continuamos a confundir conjuntura e estrutura.

Aquilo que tangencia a governabilidade presente, o ajuste fiscal ou a substituição na titularidade do Planalto compõe o medicamento contra uma "crise" entendida apenas como amontoado de "dificuldades temporárias".

Ficando apenas na conjuntura, isso não exigiria necessariamente uma correção de rumos muito mais ambiciosa.

"Escapar da crise" significaria tão simplesmente afastar-se de um esgarçamento mais danoso do tecido socioeconômico de modo a evitar tragédias gregas ou pesadelos bolivarianos.

As nações, contudo, não se desenvolvem apenas por evitar catástrofes. É preciso também ter a dimensão construtiva, o planejamento de longo prazo.

O afastamento de chefes de governo é por vezes desejável e mesmo imprescindível. Crises de conjuntura podem até ser desmontadas, mas isso não é o bastante para enveredar-se pelo bom caminho adiante. Seria ótimo àqueles que saírem às ruas nos próximos dias ter isso em mente.

Nesse contexto, a mais útil acepção de "crise" é aquela que a define como período em que o velho ainda não morreu, mas o novo também não nasceu.

Esse processo, no entanto, nada tem de "orgânico". Aquilo que é velho não necessariamente desaparece – e o surgimento do novo tampouco é certo.

Thatcher pôs fim à "velha" sucessão de décadas de declínio britânico e lançou as bases para o competitivo Reino Unido de hoje.

Já países como Argentina e Rússia encontram-se ciclicamente enredados em modelos de economia política que combatem a modernização com diligência.

Nesses casos, a "crise" é uma endemia a sabotar permanentemente o "novo" e, portanto, a prosperidade.

É fundamental a leitura das portas que se abrem e fecham para o Brasil num cenário global recortado por novas geometrias de comércio e negócios e redes de valor intensivas em tecnologia.

Redimensionar o Estado no Brasil para um papel menor, mas melhor. Nada disso tem integrado o receituário que se propõe para o enfrentamento da "crise" brasileira.

Estamos prisioneiros da armadilha do presente. Uma crise acaba quando se mudam não apenas as pessoas, mas os paradigmas.

(Marcos Troyjo - Economista, diplomata e cientista social, dirige o BRICLab da Universidade Columbia em NY, onde é professor-adjunto de relações internacionais e políticas públicas.)

'Tripé do mal' breca avanço da indústria de máquinas no Brasil

12/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Depois de perder 25 mil empregos no primeiro semestre e sem previsão de novas encomendas para o ano, as indústrias de máquinas devem fechar ainda mais vagas até 2015 acabar, quando esse número pode dobrar.

A previsão é do engenheiro Carlos Pastoriza, presidente da Abimaq, associação que representa 1.535 empresas filiadas, que vai para a rua nesta quinta-feira (13), acompanhado de trabalhadores representados por três centrais sindicais, em uma manifestação em defesa da indústria e do emprego.

Além da crise econômica, ele diz que o setor de máquinas –e a indústria de transformação– sofre os efeitos de uma desindustrialização "silenciosa". Sem resolver os juros "pornográficos", o sistema tributário complexo, "com o viés de facilitar a importação", e um patamar de câmbio adequado, Pastoriza acredita que o país não terá condições de sair da crise, resolver os problemas da "porta para fora da fábrica" para que a indústria possa resolver as questões "da porta para dentro".

"As empresas vão enfrentar ao menos duas décadas, para modernizar o parque fabril, assistir o país refazer as reformas necessárias até conseguirem ser mais produtivas e competir em pé de igualdade".

A seguir trechos da entrevista com Pastoriza.

DIFICULDADES DO SETOR

O setor de máquinas é que mais sofre na indústria de transformação porque máquina é investimento para quem compra. E a primeira coisa que empresário faz, em época de insegurança e crise, é cortar investimento. Este é o terceiro ano consecutivo de queda real de produção e faturamento.

Somados, significa um tombo de 30%, um terço disso só neste ano. Até segmentos que vão relativamente bem, como o de maquinário agrícola, cancelaram pedidos e vão esperar. Na hora que se faz isso, a crise se materializa: sai da cabeça do empresário e vai para o mundo real. Afora a falta de investimento privado e público, que afeta o setor industrial, há oito anos convivemos com o chamado 'tripé do mal'.

TRIPÉ DO MAL

Temos juros pornográficos, os mais altos do planeta, que afetam os custos e, portanto a competitividade, do produto. Nosso sistema tributário, além de complexo, é perverso, burro e irracional, porque penaliza mais quem fabrica no Brasil do quem importa de lá de fora. Ele não permite que uma fabricante de máquinas se credite de insumos indiretos, por exemplo.

Uma peça que vai na máquina gera um crédito que posso compensar [na hora de pagar imposto], mas não posso debitar a cãndida que uso para lavar o chão da fábrica. Juntos

esses resíduos tributáveis que não compensáveis têm impacto de 7% no preço de uma máquina fabricada aqui.

Só pelo fato de fabricar aqui pago mais caro que meu concorrente importado, só com esses resíduos. O terceiro ponto é o câmbio desequilibrado. O custo Brasil chegou a bater em 43% dois anos atrás.

Mesmo com a alta do dólar, ainda é 25% mais caro produzir a máquina aqui, se compararmos mesma tecnologia e maquinário, com o que se faz na Alemanha ou nos EUA.

O falecido ministro Mario Henrique Simonsen dizia: juro alto aleija uma empresa, mas o câmbio alto mata. A indústria está sendo aleijada e morta há pelo menos oito anos.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO MASCARADA

O Brasil passa por uma desindustrialização silenciosa, mascarada. Não vemos o fechamento em massa das fábricas, mas as indústrias silenciosamente deixam de ser fabricantes para virarem montadoras e, em seguida, importadoras.

Fazem isso de uma forma maquiada. Por exemplo, o eletrônico vem acabado da China, a empresa tira a placa do produto xingue-lingue e coloca a de fabricado no Brasil, com uma marca conhecida.

Perde o consumidor, perde o trabalhador, perde o país. A empresa faz isso porque quebraria se continuasse produzindo aqui. Isso está disseminado em vários segmentos, de eletrônicos, linha branca, brinquedos, instrumentos musicais a outros. Enquanto isso ocorre, o emprego vai sendo dizimado na indústria.

Além desse movimento, a criação de vagas no Brasil ocorreu nos últimos anos em setores de baixo valor agregado, como o de serviços, comércio, que não geraram riqueza ao país. Sofremos as consequências disso tudo.

EMPREGO E INDÚSTRIA

Vamos unidos para a rua na quinta (13), empresários e trabalhadores do setor, representados por três centrais [Força Sindical, UGT e CGTB] em um grito de alerta em defesa do emprego e da indústria. É um movimento apartidário, sem falar de volta de militar nem de impeachment. O ato é desvinculado do previsto para domingo, a quem respeitamos também.

Convidamos vários setores, mas infelizmente parte do empresariado ainda tem uma visão retrógrada, pensa que trabalhador e empresário juntos não dá certo. Mas uma coisa é negociar salário, outra é defender um interesse em comum. Estamos juntos. Se um lado [indústria] morrer, o outro [emprego] também morre.

Há dois anos, o setor empregava perto de 380 mil. Perdemos 25 mil só neste ano. E a tendência, com o aprofundamento da crise, é isso se intensificar neste semestre. Mais de 25 mil vagas podem ser fechadas neste segundo semestre. Não há projetos novos nas fábricas, nem encomendas.

Quem tinha de produzir ou já está entregando a encomenda ou teve pedidos cancelados. O programa de proteção ao emprego, do governo, não vai segurar empregos no nosso setor porque foi feito e desenhado para o setor automotivo.

Talvez eles vejam luz daqui a 12 meses, porque produzem carro, que é um bem de consumo. Não tem apelo no nosso segmento. Que industrial vai garantir estabilidade

quando não se enxerga luz no fim do túnel? Produzimos máquinas, que é um bem de capital. Nosso setor é o primeiro a entrar em crise e o último a sair.

AJUSTE

Governo após as eleições deu um 'cavalo de pau' nas expectativas de maneira tão rápida e brusca que a crise foi mais recessiva até do que se esperava. Agora toda a situação se agrava com a crise política instaurada.

Para retomar a confiança talvez seja necessário enfrentar o aprofundamento da crise, descer a um grau tal de insatisfação para ter um rearranjo geral institucional, sem que sejam necessárias medidas dramáticas como o impeachment.

Não sou a favor, pois trará mais recessão e insegurança. Não sou votante do PT, mas estou convencido que, com todos os defeitos que a presidente possa ter, ela é uma pessoa honrada. Acho que está pagando por erros de terceiros do PT.

Agora, a classe política tem de se entender, criar uma situação de governabilidade que possa ser percebida pelo cidadão comum. Enquanto ele achar que virou uma guerra campal, a crise política só vai piorar a crise econômica.

PORTA PARA DENTRO

Mesmo se, em um passe de mágica, resolvêssemos todos os problemas da porta para fora da indústria –todos os gargalos de infraestrutura, juros, câmbio, sistema tributário–, nosso parque industrial é envelhecido.

Em média tem 17 anos, enquanto o da Alemanha tem sete. Levaríamos ao menos duas décadas para conseguir retomar produtividade. Não porque brasileiro é vagabundo e trabalha menos. Mas temos parque fabril atrasado, que pesa em 60% na produtividade, segundo um estudo do nosso setor.

Outros 25% são fator humano, falta de qualificação e o restante, sistemas de gestão, organização. Da crise que estamos às reformas necessárias e a retomada do crescimento, são duas décadas.

RAIO-X Carlos Pastoriza

Idade: 59 anos

Formação: engenheiro químico pela Escola Politécnica da USP, com MBA em administração de empresas pela Universidade de Navarra, na Espanha

Carreira: presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) no quadriênio 2014-2018

-

RAIO-X do setor (1º semestre de 2015 ante igual período de 2014)

Empresas associadas: 1.535

Trabalhadores: 337 mil

Vagas fechadas: 25 mil

Receita líquida total: queda de 6,5%

Exportação: queda de 17,4%

Principais destinos das exportações: América Latina, EUA e Europa

Previsão para 2015: queda real de 10% no faturamento

Nissan prepara expansão de oferta

12/08/2015 – Fonte: Automotive Business



Aos poucos, a Nissan prepara a expansão da oferta de seus carros no Brasil. "Com apenas quatro produtos [March, Versa, Frontier e Sentra] conseguimos aumentar de 2,1% para 2,5% nossa participação no último trimestre e estamos presentes em 63% dos segmentos do mercado.

March e Versa ainda não têm opções automáticas, mas com [câmbio] CVT até o fim do ano devemos subir [o percentual] para 70%", informou Ronaldo Znidarsis, vice-presidente de vendas e marketing da Nissan do Brasil, para logo em seguida desconversar: "É uma opção que estudamos".

Além do aumento de versões dos dois carros já fabricados em Resende (RJ), também não se descarta importar produtos europeus. Znidarsis reforça que nada está decidido, mas admite que os crossovers Qashqai e Juke, ambos fabricados no Reino Unido, estão na lista de possibilidades.

Segundo fontes, o Qashqai seria o mais viável, pois no futuro poderia conviver como irmão maior do Kicks, o projeto de crossover compacto a ser fabricado no Brasil apresentado pela primeira vez ao público no Salão do Automóvel de São Paulo de 2014.

Guardadas algumas diferenças, a Nissan teria uma oferta muito parecida com a da Honda nesse segmento no País, que importa o CR-V, maior, e faz aqui o HR-V, menor, lançado este ano.

"Claro que o segmento que atualmente causa mais excitação no mercado também chama nossa atenção", limita-se a dizer Znidarsis. Parece mais provável que as decisões sobre importações e o lançamento do Kicks fiquem mesmo para o ano que vem, talvez só para o segundo semestre, após as Olimpíadas do Rio, que já ocuparão boa parte das atenções da Nissan como patrocinadora oficial do evento, que pretende usar para tornar a marca mais conhecida no Brasil (leia [aqui](#)).

COMUNICAÇÃO

"A Nissan ainda não é conhecida no Brasil, por isso precisamos fazer um trabalho consistente nesse sentido, mas mesmo assim vamos fechar este ano com crescimento de dois dígitos percentuais", projeta Znidarsis.

Segundo ele, essa é uma conquista lenta, que envolve a comunicação dos atributos de uma marca japonesa que se vincula à qualidade, confiabilidade e segurança, além de desconstruir a imagem de produto importado. A ideia é usar e abusar do mote "tecnologia japonesa agora fabricada no Brasil" que a Nissan vem inserindo em sua publicidade no País.

O executivo destaca que essa construção de imagem está indo bem: "A Nissan não é tão

conhecida, mas também não tem rejeição. Temos também a maior taxa de fechamento de negócios após o test-drive, cerca de 30% dos que experimentam nossos carros compram”, afirma. Ele lembra que existe fila de espera para o Versa, pois Resende por enquanto trabalha em um só turno para produzir dois modelos.

Znidarsis cita ainda outros bons resultados para a picape Frontier, ainda fabricada na planta da sócia Renault em São José dos Pinhais (PR). “Fomos líderes do segmento em uma das maiores regiões picapeiras do País, em Ribeirão Preto, e temos ótimos índices de participação para a Frontier em outros lugares, como 7% em Manaus (AM).

Mas ainda temos apenas 0,7% em Goiás, que é importante nesse mercado, porque estamos reformulando nossa rede no Centro-Oeste, o que mostra o grande potencial para crescer.”

O executivo também se mostra feliz com o desempenho do sedã médio Sentra, atualmente o único modelo que a Nissan segue importando do México, isento de imposto de importação.

“Com uma rede quatro vezes menor o carro está à frente de concorrentes como Chevrolet Cruze e Volkswagen Jetta. O Sentra recebeu a melhor nota da pesquisa da JD Power nos Estados Unidos. Com mais conhecimento sobre ele aqui vamos encostar nos líderes do segmento Honda Civic e Toyota Corolla”, avalia.

A questão da expansão da rede, hoje com 160 concessionárias no País, é vista com cautela diante do atual cenário de retração do mercado. “Imaginava-se que hoje o Brasil estaria consumindo algo como 4,2 milhões de veículos por ano. Eu era um dos que acreditavam nisso e sempre defendi a expansão da rede para atender esse patamar. Mas isso não aconteceu.

Hoje a Nissan precisa crescer mas vamos fazer isso de forma cuidadosa, sem necessidade de se construir Taj Mahals para a marca. É preciso ser rentável, não adianta expandir sem isso”, afirma Znidarsis, que por muitos anos trabalhou no desenvolvimento de redes da General Motors e, mais recentemente, da Volkswagen na Alemanha e no Brasil.

“Já trabalhei por 27 anos na empresa que era líder mundial de vendas, depois mais dois anos e meio na que quer ser a líder, aprendi muito com os erros cometidos nesse tempo e hoje conheço alguns atalhos”, resume.

Fras-le: receita líquida sobe 6,7% no 1º semestre

12/08/2015 – Fonte: Automotive Business



A desaceleração da atividade industrial brasileira passou de lado nas operações da Fras-le, que registrou resultados positivos nos principais indicadores do balanço financeiro referentes ao primeiro semestre. A receita líquida da companhia, que pertence às Empresas Randon, chegou a R\$ 404,4 milhões, representando aumento de 6,7% sobre resultado de igual período de 2014, impulsionado pela alta de 9,4% da receita líquida no

mercado externo, ao somar R\$ 191, milhões, enquanto a receita líquida no mercado nacional cresceu, mas em menor proporção, de 4,4%, para R\$ 213,1 milhões.

Embora os resultados sejam satisfatórios, a empresa não deixou de ser atingida pela retração do mercado, principalmente no Exterior. O faturamento, considerando exportações e operações internacionais, ficaram 14,4% abaixo do registrado na primeira metade do ano passado, ao totalizar US\$ 64,3 milhões. As exportações a partir do Brasil diminuíram expressivos 30,6%, para US\$ 34,2 milhões, em valor FOB.

“Buscamos, neste semestre, concentrar esforços em ações para aumentar o desempenho do portfólio de vendas, além de fortalecer ações de reestruturação operacional e mercadológica consolidando a posição da Fras-le como importante player no mercado internacional com ganho de eficiência e com aumento de margem e, também através do retorno dos investimentos realizados na matriz e controladas”, afirma o diretor-superintendente e de relações com investidores, Pedro Ferro. Ele lembra que os esforços internos foram realizados na operação Caxias do Sul (RS) e também nas unidades controladas fora do País.

A produção de peças nos primeiros seis meses ficou 9,3% abaixo da do ano passado, para 44,6 milhões de unidades. O relatório destaca que o resultado é reflexo da complexidade do cenário econômico atual, fragilizado com o aumento da inflação e taxas de juros que causaram impacto direto no consumo.

Montadoras e sistemistas foram os que mais refletiram esses movimentos, embora o mercado de reposição também tenha sentido a diminuição do fluxo de veículos pesados, resultando no aumento da ociosidade da frota e reduzindo as manutenções.

A Fras-le também cita acirramento da concorrência nos mercados em que atua.

No mercado externo, os Estados Unidos continuaram como principal destino das exportações, com participação de 58% na primeira metade do ano. Junto com América do Sul (23%) e Europa (5%) respondem por 87% dos negócios externos totais.

A retração das exportações se devem a recente alteração na estrutura externa de vendas para o mercado norte americano, onde os clientes passaram a ser atendidos diretamente pela Fras-le North-America, provocando uma adequação nos níveis de estoque da unidade.

Além deste fator, a empresa aponta que o cenário ainda recessivo de alguns países, principalmente na Zona do Euro, além da crise do petróleo e conflitos políticos envolvendo Venezuela, Equador, Rússia e Ucrânia, também interferiram nas exportações.

Para o segundo semestre, a Fras-le prevê a manutenção dos seus resultados, considerando as incertezas políticas e expressiva queda no volume de vendas das montadoras no mercado brasileiro.

Com foco em cliente e portfólio, controle dos custos internos e avanço na estratégia global devem assegurar uma tendência de crescimento contínuo projetado pela empresa.

Diante disto, a empresa revisou as projeções para o ano, no qual prevê receita bruta total de R\$ 1,1 bilhão, receita líquida de R\$ 820 milhões, investimentos de R\$ 35 milhões, receitas do exterior equivalentes a US\$ 150 milhões e importações de US\$ 18 milhões.

Jaguar Land Rover planeja nova fábrica na Eslováquia

12/08/2015 – Fonte: Automotive Business

A Jaguar Land Rover assinou uma carta de intenções com o governo da Eslováquia para a construção de uma nova fábrica, em Nitra, a quarta maior cidade do país localizada na região ocidental.

O anúncio feito pelo CEO da companhia, Ralf Speth, na terça-feira, 11, marcou também o novo plano de expansão global das marcas a partir de novas operações de manufatura em mercados estratégicos, além da ampliação de capacidade de suas três plantas matrizes, no Reino Unido.

Os estudos de viabilidade em curso com o governo eslovaco apontam para uma fábrica com capacidade instalada de até 300 mil veículos pelos próximos 10 anos. Como parte do compromisso da Jaguar Land Rover em entregar carros cada vez mais leves, a planta já está destinada a produzir uma gama de modelos trabalhados em alumínio. A previsão é de que a linha de produção comece a operar em 2018.

Segundo a empresa, para a escolha da nova fábrica, considerou-se uma série de locais, desde países da Europa até Estados Unidos e México, tendo a Eslováquia se mostrado efetivamente estratégica por oferecer forte infraestrutura na cadeia de fornecimento e boa logística. Em função dos resultados do estudo de viabilidade da nova fábrica, aguarda-se uma decisão final ainda este ano.

“A expansão dos nossos negócios de forma global é essencial para seu sustento a longo prazo e crescimento resiliente. Bem como a criação de capacidade adicional, que nos permite investir no desenvolvimento de veículos novos e tecnologias.

A Eslováquia é uma oportunidade potencial de desenvolvimento atrativo para nós. A nova fábrica irá complementar nossas instalações existentes no Reino Unido, China, Índia e uma que está em construção no Brasil”, afirma o CEO.

Pelos planos da companhia, as três fábricas do Reino Unido – Castle Bromwich, Halewood e Solihull – continuarão a ser a base industrial das marcas para novos veículos e projetos, como o Jaguar XE, F-Pace e os Land Rover Range Rover Evoque e Discovery Sport.

Nos últimos cinco anos, as unidades que empregam cerca de 20 mil pessoas, receberam investimento equivalente a US\$ 17,1 bilhões em novos produtos e equipamentos. Outros US\$ 777 milhões foram aplicados em uma nova fábrica de motores, gerando mais 1,4 mil empregos.

Além disso, planeja também expandir o centro de engenharia avançada e design em Coventry, onde fica a sede da Jaguar, além de investir no Centro Nacional de Inovação Automotiva, da Universidade de Warwick.

“O governo eslovaco tem o prazer de ser selecionado como localização preferida da Jaguar Land Rover para este estudo de viabilidade. Estamos empenhados em desenvolver a indústria automotiva premium da Eslováquia e este investimento representaria um importante passo em frente para alcançar isso.

Ele daria um impulso à ampla estratégia industrial do nosso país, bem como beneficiando a União Europeia como um todo. Estamos ansiosos para trabalhar em estreita colaboração com a Jaguar Land Rover nos próximos meses para o progresso das negociações”, disse Robert Fico, primeiro-ministro da Eslováquia.

A Jaguar Land Rover tem feito progressos significativos na construção de sua presença industrial internacional: no último ano, abriu uma joint venture na China com a Chery, para fabricar o Range Rover Evoque, e iniciou, no fim de 2014, a construção de sua fábrica no Brasil, para a produção do Discovery Sport.

Além disso, mantém duas linhas de montagem na Índia. A criação de novas plantas no mundo permitirá, segundo a empresa, aumentar sua presença em regiões que foram identificadas como tendo potencial de crescimento, além de proteger contra flutuações cambiais e alcançar um negócio mais eficiente em um cenário globalmente competitivo.

Armando Monteiro admite apoio do governo a fornecedores do setor automotivo

12/08/2015 – Fonte: Automotive Business

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, admitiu hoje, no Rio de Janeiro, que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal estudam um programa de apoio ao segmento de fornecedores do setor automotivo, sobretudo o de autopeças, como forma de diminuir a crise das montadoras no país.

De acordo com o ministro, entre as medidas avaliadas estão a postergação de algumas medidas de caráter regulatório. "São algumas exigências mais estritas que poderão ser postergadas, liberando o setor de custos adicionais em relação a alguns aspectos regulatórios, evidentemente que sem por em risco a segurança dos usuários."

Segundo Armando Monteiro, há uma margem para "uma dilatação de prazos", de modo que o setor não tenha de antecipar movimentos que envolvam aumento de custos.

O ministro disse ainda que há uma equipe na Casa Civil estudando medidas para beneficiar o setor automobilístico, com diálogo constante com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Ele admitiu que, entre as medidas em estudo, algumas são na área de financiamento.

Armando Monteiro, que participou hoje da solenidade de posse do novo presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Luiz Otávio Pimentel, realizada na Escola Superior de Guerra (ESG), afastou qualquer possibilidade de o governo adotar medidas fiscais de benefício às montadoras. "Na área fiscal não, porque a margem é muito reduzida."

Para o ministro, no contexto do comércio externo brasileiro, que, segundo ele "vai bem", algumas ações vêm sendo empreendidas, sobretudo as de maior abertura comercial internacional e de busca de maior integração com regiões de maior dinamismo no comércio internacional.

"O acordo automotivo renovado com o México, por exemplo, já elevou em mais de 70% as exportações de veículos para aquele país. Também há expectativas em relação aos acordos costurados na América do Sul, já bem encaminhados, como os da Colômbia, que já foi um mercado importante para nosso setor automotivo."

O ministro explicou que, nesse momento de forte retração no mercado interno, o canal são as exportações, "alternativa viável e indiscutível". Segundo ele, elas podem garantir que o país mantenha o nível de atividade em alguns setores, segurando e até aumentando o emprego, principalmente em setores da indústria, entre elas a automotiva.

"O setor automotivo é um dos que podem ganhar a curto prazo com o mercado externo, não a ponto de compensar inteiramente, em um primeiro momento, a queda no mercado

interno, mas atenuando de forma expressiva a queda que o setor vem experimentando”, afirmou Armando Monteiro.

Siderúrgicas americanas combatem importação de aço laminado a quente

12/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

Depois que pedirem medidas contra aço resistente à corrosão e contra bobinas a frio, seis siderúrgicas americanas entraram hoje com pedido antidumping contra produtos laminados a quente importados, que, em sua visão, são vendidos a preços abaixo de seu valor justo.

Mais uma vez, a petição afeta o Brasil. Além das produtoras brasileiras, Austrália, Coreia do Sul, Holanda, Japão, Reino Unido e Turquia são alvos das reclamações. AK Steel, ArcelorMittal USA, Nucor, SSAB, Steel Dynamics e US Steel são as reclamantes no caso.

“As fabricantes domésticas estão sendo significativamente impactadas pelo massacre do que acreditamos ser importados de laminados a quente em concorrência desleal”, comentou, em nota, James Waincott, presidente da AK Steel. Segundo o comunicado, só de janeiro a maio deste ano, as compras de produtos do exterior nos Estados Unidos subiram 54% em comparação anual.

Se no caso dos laminados a frio o peso de potenciais medidas sobre o Brasil seria reduzido, por conta dos baixos volumes exportados desse segmento aos EUA, com as bobinas a quente principalmente a Usiminas seria bastante prejudicada se não conseguisse colocar sua produção no mercado americano.

A alegação das seis siderúrgicas é que as margens de possível dumping vão de 19,53% a 200,78%. No caso do Brasil, essa faixa é dos 21,8%. As reclamantes afirmam ainda que 41 programas de subsídios na Coreia, 33 no Brasil e 17 na Turquia tornam o comércio desleal desse tipo de produto.

Medida da china derruba ações de mineradoras e siderúrgicas no mundo

12/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

As ações das principais mineradoras e siderúrgicas estrangeiras registram forte queda por conta da depreciação do yuan promovida nesta terça-feira pelo Banco Central da China (PBoC).

Na tarde desta terça-feira, entre as mineradoras com negociação na bolsa de Londres, as ações da Rio Tinto recuavam 3,10%, os papéis da Anglo American caíam 1,04%, os da BHP Billiton tinham queda de 2,79% e os da Glencore de registravam recuo de 3,62%.

Entre as fabricantes de aço com negociação da bolsa de Nova York (Nyse), a ArcelorMittal recua 5,26%, a United Steel cai 9,02% e a Nucor tem queda de 3,06%. Segunda maior fabricante de aço do mundo, a japonesa Nippon Steel não foi afetada pela ação do BC chinês enquanto suas ações eram negociadas na bolsa de Tóquio, fechando em alta de 2,38%.

Na China, o yuan foi desvalorizado em 1,9%, para 6,2298 yuan/dólar, menor patamar desde setembro de 2012.

A iniciativa do PBoC deve fortalecer o mercado local e prejudicar a competitividade das empresas que exportam para a China ou que concorrem com as companhias chinesas em outros mercados.

A desvalorização também pode prejudicar países que exportam grandes quantidades de commodities para a China, como Brasil e Austrália.

No Brasil, as ações de mineração, siderurgia e petróleo também estão em queda depois da medida do BC chinês.

Ministro da Micro e Pequena Empresa defende registro civil único

12/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

O ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, defendeu nesta terça-feira (11) na Câmara dos Deputados a proposta do Poder Executivo que estabelece o Registro Civil Nacional (RCN - PL 1775/15).

A proposta cria uma base de dados com base na biometria da Justiça Eleitoral e demais dados coletados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil criado em 2009.

Em audiência pública promovida pela comissão especial que analisa o projeto, Afif Domingos explicou que um registro único para o cidadão faz parte do projeto do governo Brasil Bem Mais Simples.

"Com o Tribunal Eleitoral fazendo o cadastro biométrico do cidadão e o Executivo fazendo o cadastro biográfico do cidadão, nós teremos uma identificação unívoca e inequívoca do cidadão."

Cadastro do TSE

O autor do requerimento para a realização da audiência pública, deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), questionou a competência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para gerenciar o registro civil nacional.

"A comissão especial vai nos dar a oportunidade de um debate amplo para identificarmos se for o TSE - o que a priori para mim não me convence que é o melhor órgão - que seja, mas acredito que nós temos órgãos que estão muito mais avançados nessa coleta de dados."

O relator da comissão, deputado Julio Lopes (PP-RJ), lembrou que esta é a primeira audiência pública da comissão, mas outros órgãos ligados à identificação de pessoas devem ser ouvidos.

"[Queremos] construir um consenso para que o registro civil único não seja só uma lei, mas seja algo que de fato opere no dia a dia para facilitar a relação do cidadão com as entidades civis, com as entidades do governo. Que o cidadão no futuro próximo possa estar identificado apenas pela sua biometria, pelo seu polegar, pelo seu indicador e por uma fotografia de sua face."

O TSE alega que já possui a identificação biométrica de 25 milhões de brasileiros e a cada mês, 5 mil novos cadastramentos são realizados. Para conhecer essa estrutura, os deputados da comissão vão ao tribunal na próxima quinta-feira (13).

O RCN representará a adoção de um só registro para as relações civis, dispensando a apresentação de documentos como a carteira de identidade, CPF, carteira de habilitação, título de eleitor e carteiras profissionais.

O site Câmara Notícias lançou enquete para ouvir a opinião dos internautas sobre o registro.